

O Ensino da Filosofia nas Instituições do ensino fundamental e universitário angolanos: da utilidade à essencialidade

The Teaching of Philosophy in Angolan primary and university education institutions: from utility to essentiality

Inácio Valentim

Instituto Superior Politécnico Sol Nascente (ISPSN) – Huambo, ANGOLA

Feliciano Nanga Moço

Pontifícia Universidade Urbaniana de Roma, ITÁLIA

Resumo

O presente artigo aborda a questão gritante da importância essencial do Ensino da Filosofia, frequentemente questionado por sua utilidade, especialmente no contexto educacional angolano. Destaca a necessidade urgente de implementar o curso de Filosofia para formar profissionais academicamente preparados. Sob auspícios de filósofos da nossa contemporaneidade como Imbamba, Valentim, Pondé, e outros, este artigo argumenta que, apesar das sociedades utilitaristas, a Filosofia proporciona habilidades cruciais, como pensamento crítico e argumentativo, essenciais para formar cidadãos reflexivos. É imperioso analisar a relevância do ensino de Filosofia em instituições angolanas, considerando as dificuldades enfrentadas pelos professores. Aliás, o ensino da Filosofia não é um luxo acadêmico, mas uma necessidade crucial para o desenvolvimento intelectual e ético de todos os cidadãos. É de destaque importância a Filosofia enquanto disciplina vocacionada à promoção de competências essenciais, como análise, crítica e argumentação, fundamentais para sociedades democráticas. Diante da desvalorização das Humanidades, especialmente da Filosofia, resulta oportuno e tino fazer um apelo aos gestores públicos para humanizar Angola, integrando cursos humanísticos nos currículos para formar não apenas profissionais qualificados, mas também cidadãos conscientes e engajados. A Filosofia, *ipsus factus*, é apresentada como uma possível "tábua de salvação" para a nova juventude, proporcionando um espaço para questionamentos existenciais em meio a um sistema de ensino muitas vezes marcado pelo mercantilismo e falta de mérito acadêmico.

Palavras-chave: Ensino da Filosofia; Angola; utilidade; instituição.

Informações do artigo

Submetido em 24/01/2024

Aprovado em 07/05/2024

Publicado em 15/05/2024.

 <https://doi.org/10.25247/P1982-999X.2024.v24n2.p37-60>



Esta obra está licenciada sob uma licença
Creative Commons CC BY 4.0

Abstract

This article addresses the pressing issue of the essential importance of teaching Philosophy, often questioned for its utility, especially in the Angolan educational context. It emphasizes the urgent need to implement Philosophy courses to educate academically prepared professionals. Under the auspices of contemporary philosophers such as Imbamba, Valentim, Pondé, and others, this article argues that, despite utilitarian societies, Philosophy provides crucial skills such as critical and argumentative thinking, essential for shaping reflective citizens. It is imperative to analyze the relevance of teaching Philosophy in Angolan institutions, considering the challenges faced by teachers. Furthermore, the teaching of Philosophy is not an academic luxury but a crucial necessity for the intellectual and ethical development of all citizens. The importance of Philosophy as a discipline dedicated to promoting essential skills, such as analysis, criticism, and argumentation, crucial for democratic societies, should be highlighted. In the face of the devaluation of the Humanities, especially Philosophy, it is opportune to appeal to public administrators to humanize Angola by integrating humanistic courses into curricula, aiming to educate not only qualified professionals but also conscious and engaged citizens. Philosophy, *ipso facto*, is presented as a possible "salvation" for the new youth, providing a space for existential questioning amidst an educational system often marked by commercialism and a lack of academic merit.

Keyword: Philosophy Education; Angola; utility; institution.

Como ser citado (modelo ABNT)

VALENTIM, Inácio; MOÇO, Feliciano Nanga. O Ensino da Filosofia nas Instituições do ensino fundamental e universitário angolanos: da utilidade à essencialidade. *Ágora Filosófica*, Recife, v. 24, n. 2, p. 37-60, maio/ago. 2024.

1 INTRODUÇÃO

O Ensino da Filosofia, uma disciplina que há muito tempo tem sido alvo de debates sobre sua utilidade, é como uma jóia preciosa que, muitas vezes, passa despercebida em meio às pressões do mundo moderno e materialista, sobre balanças de utilidade e inutilidade da mesma! Assim, neste artigo, propomos que consideremos não apenas a utilidade, mas também a essencialidade dessa disciplina venerável. O seu ensino é frequentemente questionado quanto a sua relevância para a formação de estudantes. No contexto educacional angolano, essa discussão é ainda mais acentuada, conhecendo nos últimos dias, a «sentença da sua morte» nos institutos superiores de educação de Angola, com a descontinuidade de cursos fundamentais da área das Humanidades. Em um país com suficientes recursos e uma realidade social e política que carece de muita atenção, pensamos nós que é perentório porque urgente, a implementação do curso de Filosofia para que tenhamos sempre profissionais academicamente preparados para leccionar este curso de capital importância. Infelizmente, é comum nas sociedades paliativas e utilitaristas, questionar-se sobre a necessidade ou possibilidade de se ensinar Filosofia porque nestas sociedades o homem não é prioridade, não é o fim, é simples meio.

No entanto, a Filosofia pode oferecer aos estudantes habilidades fundamentais para a formação de cidadãos críticos e reflexivos. Ela não se limita a uma simples compreensão teórica de questões abstratas, mas sim, busca proporcionar aos estudantes a reflexão sobre a realidade em que estão inseridos, bem como o desenvolvimento do pensamento crítico e argumentativo. Diante desse contexto, este artigo tem como objectivo analisar a importância do ensino de filosofia nas instituições de ensino em Angola, bem como as dificuldades e desafios encontrados pelos professores de Filosofia para a efetivação do ensino da disciplina.

Na era da informação rápida e superficial, a Filosofia oferece um refúgio para a mente, um oásis de pensamento crítico e contemplação. Por este motivo, a necessidade acadêmica do ensino da Filosofia não pode ser subestimada. É através da Filosofia que os estudantes desenvolvem habilidades cognitivas fundamentais, tais como pensamento crítico, análise lógica e argumentação

persuasiva. Essas habilidades transcendem as fronteiras da Filosofia e são aplicáveis em praticamente todos os campos do conhecimento. Aliás, a Filosofia, ao incentivar os alunos a questionar, investigar e analisar, prepara-os para enfrentar desafios complexos no mundo acadêmico e profissional. Ela proporciona a base para a tomada de decisões informadas, a capacidade de avaliar informações de maneira crítica e a habilidade de formular argumentos sólidos. Porque, para além da instrução (com as demais ciências) precisamos de formação humana integral e esta não pode renunciar a Filosofia.

2 A FILOSOFIA: DO ENIGMÁTICO AO PROBLEMÁTICO DISPENSADO

Segundo uma tradição relatada por Diógenes Laércio, Pitágoras foi o primeiro a falar de si mesmo como um filósofo, "amante do conhecimento", distinguindo-se dos deuses que eram, em vez disso, "sábios" (Vattimo, 1981). Mas parece que o termo 'filosofia' foi cunhado a partir de um espírito religioso que pressupunha como possível apenas para os Deuses uma "sophia" (sabedoria), isto é, uma posse certa e total da verdade, enquanto considerava como possível para o homem apenas uma «tendência à *sophia*», uma contínua abordagem da verdade, um amor pelo conhecimento nunca totalmente satisfeito. Daí o nome filosofia, que significa "amor à sabedoria". Mas na própria cultura grega o termo filosofia é utilizado em diferentes contextos, a ponto de se estender entre dois pólos extremos. Por um lado, a Filosofia, sinónimo de *sophia* entendida como sabedoria, identifica-se com a cultura em geral, ou seja, com o que os gregos também chamavam de *paidèia* (educação, formação). No outro extremo, porém, o termo indica uma disciplina bem definida cujo objecto de estudo são os primeiros princípios, as estruturas mais gerais do ser. Desde o início, este almejado amor à sabedoria por parte dos gregos visava explicar a totalidade das coisas, ou seja, o todo da realidade, sem excluir partes ou momentos.

Foi justamente esta não exclusão de partes e momentos, esta sectorialização do 'conhecimento' para torná-lo 'universal' o que possibilitou e gerou o nascimento das 'ciências' individuais. Porém, ao contrário das ciências particulares que se limitam a explicar partes ou sectores da realidade, a natureza de uma ou outra área, de uma ou outra face da realidade, grupos de coisas ou

fenómenos, a Filosofia pergunta qual é o primeiro ‘princípio’, o primeiro ‘porquê’, o ‘*arché*’ de todas as coisas. A Filosofia foi a primeira a investigar a natureza objetiva da relatividade do espaço e do tempo, que é uma consequência da relatividade simultânea. Foi a primeira a examinar a questão de conectar geometrias abstratas com o mundo real. A ciência moderna confirma que a teoria geral da relatividade levou a uma revisão do problema do Universo infinito e do problema do “início dos tempos”. Ela levantou a hipótese de que o problema da causalidade na teoria da relatividade geral pode indicar a incompletude da descrição geométrica do tempo.

Por isso, o pensamento filosófico na sua concretude tem uma necessidade mais ampla: quer determinar a natureza da realidade na sua totalidade, pergunta o que é o Universo na sua estrutura mais profunda. Por isso, a Filosofia pretende ser uma explicação puramente racional do princípio ou princípios de toda a realidade, daí escreve Lamanna:

É uma aspiração ao conhecimento da realidade na sua unidade e totalidade, capaz de lhe dar um significado tal que o homem encontre nela o fundamento da realizabilidade dos seus valores espirituais (estéticos, morais, sociais, cognitivos, religiosos) e, portanto, do seu destino (1970, p. 15).

No entanto, ao confrontar o problemático, a Filosofia desafia, incita a reflexão profunda e promove o questionamento constante. Nesse equilíbrio, reside seu poder transformador. Convida-nos a abraçar a incerteza como terreno fértil para o crescimento intelectual e moral. E aqui reside o ‘problemático filosófico’ – frontalidade reflexiva, temida por sistemas pseudo-democráticos.

3 O “OLHO DA FILOSOFIA” E O CONHECIMENTO CIENTÍFICO

Segundo uma tradição relatada por Diógenes Laércio, Pitágoras foi o primeiro a falar de si mesmo como um filósofo, "amante do conhecimento", distinguindo-se dos deuses que eram, em vez disso, "sábios" (Vattimo, 1981). Mas parece que o termo ‘filosofia’ foi cunhado a partir de um espírito religioso que pressupunha como possível apenas para os Deuses uma "sophia" (sabedoria), isto é, uma posse certa e total da verdade, enquanto considerava como possível para o homem apenas uma «tendência à *sophia*», uma contínua abordagem da verdade, um amor pelo conhecimento nunca totalmente satisfeito.

Daí o nome filosofia, que significa “amor à sabedoria”. Mas na própria cultura grega o termo filosofia é utilizado em diferentes contextos, a ponto de se estender entre dois pólos extremos. Por um lado, a Filosofia, sinónimo de *sophia* entendida como sabedoria, identifica-se com a cultura em geral, ou seja, com o que os gregos também chamavam de *paideia* (educação, formação). No outro extremo, porém, o termo indica uma disciplina bem definida cujo objecto de estudo são os primeiros princípios, as estruturas mais gerais do ser. Desde o início, este almejado amor à sabedoria por parte dos gregos visava explicar a totalidade das coisas, ou seja, o todo da realidade, sem excluir partes ou momentos.

Foi justamente esta não exclusão de partes e momentos, esta sectorialização do ‘conhecimento’ para torná-lo ‘universal’ o que possibilitou e gerou o nascimento das ‘ciências’ individuais. Porém, ao contrário das ciências particulares que se limitam a explicar partes ou sectores da realidade, a natureza de uma ou outra área, de uma ou outra face da realidade, grupos de coisas ou fenómenos, a Filosofia pergunta qual é o primeiro ‘princípio’, o primeiro ‘porquê’, o ‘*arché*’ de todas as coisas. A Filosofia foi a primeira a investigar a natureza objetiva da relatividade do espaço e do tempo, que é uma consequência da relatividade simultânea. Foi a primeira a examinar a questão de conectar geometrias abstratas com o mundo real. A ciência moderna confirma que a teoria geral da relatividade levou a uma revisão do problema do Universo infinito e do problema do “início dos tempos”. Ela levantou a hipótese de que o problema da causalidade na teoria da relatividade geral pode indicar a incompletude da descrição geométrica do tempo.

Por isso, o pensamento filosófico na sua concretude tem uma necessidade mais ampla: quer determinar a natureza da realidade na sua totalidade, pergunta o que é o Universo na sua estrutura mais profunda. Por isso, a Filosofia pretende ser uma explicação puramente racional do princípio ou princípios de toda a realidade, daí escreve Lamanna:

É uma aspiração ao conhecimento da realidade na sua unidade e totalidade, capaz de lhe dar um significado tal que o homem encontre nela o fundamento da realizabilidade dos seus valores espirituais (estéticos, morais, sociais, cognitivos, religiosos) e, portanto, do seu destino (1970, p. 15).

No entanto, ao confrontar o problemático, a Filosofia desafia, incita a reflexão profunda e promove o questionamento constante. Nesse equilíbrio, reside seu poder transformador. Convida-nos a abraçar a incerteza como terreno fértil para o crescimento intelectual e moral. E aqui reside o ‘problemático filosófico’ – frontalidade reflexiva, temida por sistemas pseudo-democráticos.

Podemos dizer, de forma concisa, que a Filosofia é a disciplina que questiona o que sabemos, como o conhecemos, que relação há entre o conhecimento e a realidade externa. A ciência precisa urgentemente de reflexões éticas sobre a pertinência do uso de certas descobertas especialmente se os resultados científicos forem usados politicamente. E as categorias de bom ou ruim nem podem ser calculadas à bala. Uma vez que, no que diz respeito às estatísticas, os benefícios superam sempre os riscos até os excederem em 50,5% enquanto que, no que diz respeito à ética, um risco de 49,9%, em termos de vidas humanas, representa um massacre. A ser assim, todo cientista deveria conhecer o papel da metodologia filosófica na criação de modelos científicos. Na criação de modelos científicos, são utilizados os seguintes princípios filosóficos: o princípio da observabilidade, o princípio da simplicidade, o princípio do significado físico, o princípio da causalidade, o princípio da rigidez da teoria. Os princípios filosóficos criam um “modelo de pensamento científico” e moldam o paradigma da demonstração científica.

É necessário também assinalar, *claris verbis* que, segundo Kant, o processo de convergência entre professor e aluno, de sua identificação autêntica e progressiva com as fontes últimas e objetivas do conhecimento, não pode, no entanto, ocorrer quando a Filosofia é ensinada: neste caso, quando um sistema filosófico específico é apresentado, este nunca é percebido pelo aluno como a expressão objetiva e racional do conhecimento (neste caso, o conhecimento filosófico), mas configura-se, em vez disso, como um conhecimento eminentemente histórico e subjetivo, como uma tentativa com a qual se tentou configurar, de acordo com uma possibilidade teórica específica, o conhecimento filosófico. Ou seja, este último, apesar de objetivo na sua essência intrínseca, é sempre percebido de um ponto de vista eminentemente subjetivo e histórico pelo aluno que o estuda. Se no caso do ensino da matemática, aluno e professor podem referir-se, ao mesmo tempo, às fontes últimas, imutáveis e objetivas do conhecimento matemático, no caso do Ensino da Filosofia, porém, professor e

aluno encontram-se irremediavelmente forçados a uma trajetória histórica. Isso os leva a considerar determinado sistema filosófico como uma tentativa de delinear a objetividade do conhecimento filosófico como se trata de dar uma ênfase diferente ao Ensino da Filosofia:

La causa di ciò sta nel fatto che le fonti conoscitive, onde può attingere il maestro, non si trovano da nessun'altra parte se non nei principi essenziali e autentici della ragione: il discepolo non può quindi individuarle in nessun altro luogo, né può eventualmente contestarle, e ciò, precisamente, perché l'uso della ragione si svolge qui solo in concreto, sebbene a priori, cioè ha luogo nell'intuizione pura ed appunto perciò infallibile, escludendo ogni illusione ed ogni inganno. Fra tutte le scienze razionali (a priori), dunque, si può imparare soltanto la matematica, e mai invece la filosofia (eccetto che storicamente): tutt'al più, riguardo alla ragione, si può imparare soltanto a filosofare (Kant, 2005, p. 610).

Por esta razão, o Ensino de Filosofia não pode mais abstrair-se do estudo dos diferentes e específicos quadros conceituais que distinguem as diferentes formas de conhecimento humano e, conseqüentemente, a sua ensinabilidade (tanto no nível universitário como no ensino médio). É imperioso realçar precisamente esta dimensão eminentemente crítico-formal através da qual se configura aquela «ligação sistemática de todo o conhecimento» não através do delineamento de um sistema de conhecimento global e definido, mas antes na construção de uma perspectiva crítica capaz de recuperar plenamente a dimensão conceptual presentes em cada área disciplinar específica.

O papel da Filosofia não pode ser enfraquecido nem, muito menos, evitado ou reduzido a um *hortus conclusus*. Pelo contrário, a prática da reflexão filosófica delinea-se como o horizonte dentro do qual o problema da verdade e o do sentido recuperam a capacidade de dialogar com diferentes saberes disciplinares, oferecendo também um terreno problemático comum para uma comparação fecunda entre diferentes disciplinas. O que significa, na acção concreta da acção escolar quotidiana, saber identificar na Filosofia um terreno hermenêutico comum dentro do qual resulte possível interagir os diferentes saberes disciplinares, sem, contudo, renunciar àquela herança cognitiva particular e específica à qual emergiu a mesma tradição filosófica, no curso de sua própria existência histórica e conceitual.

Esta consequência, à primeira vista, parece completamente banal e óbvia, sobretudo no presente contexto angolano, onde a crise económico-financeira quase que intenta anular o futuro da maioria, com profissão inconfessa do *primum vivere, deinde philosophari* (uma expressão latina que significa "Primeiro viver, depois filosofar"-criar as condições básicas para depois 'pensar alto' – mas o acto de pensar alto é de per si um acto filosófico). Esta máxima destaca a importância de lidar com as demandas práticas e as realidades da vida antes de se dedicar à contemplação filosófica. Na verdade, é difícil dedicar-se à reflexão profunda sobre a vida, a moralidade e a existência quando se está imerso em preocupações imediatas como a sobrevivência, a segurança e as necessidades materiais. No entanto, essa expressão também pode ser interpretada como uma chamada à integração da filosofia na vida quotidiana. Ela sugere que a reflexão filosófica não deve ser relegada apenas a académicos ou pensadores isolados, mas que todos podem encontrar valor na aplicação dos princípios filosóficos na maneira como vivem, tomam decisões e interagem com o mundo ao seu redor. Por isso, o Estado não pode relegar ao segundo ou mesmo terceiro plano, a formação de profissionais da área de Filosofia (Professores de Filosofia). Aliás, se nos colocarmos na perspectiva sugerida pelo transcendentalismo crítico de Kant, na realidade ela requer uma comparação mais detalhada com as diferentes e opostas alternativas, que muitas vezes tentam aproveitar ou liquidar a própria possibilidade de uma reflexão filosófica autêntica dentro no quadro da transmissão (liceus, universidades e meios de comunicação social) de diferentes saberes disciplinares.

4 DOS MÉTODOS E FERRAMENTAS DE ENSINO DA FILOSOFIA

Interessantemente, não parece ser coincidência que o Ensino da Filosofia, mais do que qualquer outra coisa, tenha permanecido algo alheio às questões mais técnicas do ensino. Uma explicação histórica deste estado de coisas deveria postular a persistência mais ou menos latente de resíduos histórico-políticos, na confirmação da reivindicação da redução da pedagogia à esfera filosófica. Que para abordar proveitosamente o problema do Ensino da Filosofia é necessário partir de um quadro geral de definições sobre a identidade da própria Filosofia, sobre o papel que lhe deve ser atribuído no que diz respeito à educação, é um refrão que continua a ser repetido ao ponto de ter se tornado

um *'otchipapalelo'*, inútil; tanto mais ociosa quanto mais aparece hoje uma definição unívoca de Filosofia (conhecida no átrio público dos menos lidos como *'ciência da mentira'*), em toda a sua natureza problemática. No entanto, mesmo aqueles que, sentindo a inércia do ensino histórico tradicional, se comprometeram com a procura de alternativas, não conseguiram renunciar à preponderância das proposições fundamentais. Assim, o problema dos métodos, mais do que ser orientado para a busca de uma pluralidade de estratégias operacionais, foi tratado, de forma mais filosófica, sobretudo como uma discussão sobre método, ou seja, com procedimentos essencialistas e dedutivos, o que, dado o benefício da dúvida, queremos crer que tenha sido esta uma das razões que apadrinharam outras inconfessadas para a efetivação da descontinuidade do curso de Filosofia nos Institutos Superiores de Ciências de Educação. Assim, Chauí assertivamente afirma:

Em nossa cultura e em nossa sociedade, costumamos considerar que alguma coisa só tem o direito de existir se tiver alguma finalidade prática, muito visível e de utilidade imediata. Por isso, ninguém pergunta para que as ciências, pois todo mundo imagina ver a utilidade das ciências nos produtos da técnica, isto é, na aplicação científica à realidade. Todo mundo também imagina ver a utilidade das artes, tanto por causa da compra e venda das obras de arte, quanto porque nossa cultura vê os artistas como gênios que merecem ser valorizados para o elogio da humanidade. Ninguém, todavia, consegue ver para que serviria a Filosofia, donde dizer-se: não serve para coisa alguma. Parece, porém, que o senso comum não enxerga algo que os cientistas sabem muito bem. As ciências pretendem ser conhecimentos verdadeiros, obtidos graças a procedimentos rigorosos de pensamento; pretendem agir sobre a realidade, através de instrumentos e objetos técnicos; pretendem fazer progressos nos conhecimentos, corrigindo-os e aumentando-os. Ora, todas essas pretensões das ciências pressupõem que elas acreditam na existência da verdade, de procedimentos corretos para bem usar o pensamento, na tecnologia como aplicação prática de teorias, na racionalidade dos conhecimentos, porque podem ser corrigidos e aperfeiçoados (2000. p.10).

Um ensinamento «por problemas» foi recentemente teorizado por A. Pieretti a partir de sugestões provenientes de uma linha de pensamento que, passando pelas posições expressas por Telmoni (1999, p. 365-366). Mas quais são os problemas a partir dos quais o ensino da Filosofia deve partir? Seriam - afirma Pieretti - as «cólicas», obstáculos mentais que surgem nos jovens, tornando-os hesitantes, incertos quando encontram dificuldades teóricas e

práticas que não lhes permitem enquadrar-se adequadamente nos diferentes contextos em que têm de viver e operar, como a gritante falta de emprego, a agravante situação socioeconómica que o País (em particular, os menos favorecidos) enfrenta. Quanto à sua natureza, os problemas em questão só podem ser aqueles que os próprios jovens sugerem, ou seja, problemas morais, económicos, sociais, religiosos, políticos etc. Realisticamente, será necessário admitir, antes, que a origem dos problemas deve ser procurada no trabalho do professor e na sua competência para fazer uso da tradição histórica e dos clássicos. Mas este trabalho não tem pernas para andar, enquanto não tivermos professores qualificados para tal empreitada. Este é um momento educacionalmente crucial em que se joga a possibilidade de estimular o interesse e a motivação para o trabalho.

Precisamos começar por despertar os jovens do sono dogmático do seu conforto intelectual prevalecente, tornando um problema o que lhes parece óbvio, revelando a génese e os processos evolutivos daquilo que lhes parece completamente dado, induzindo a consideração do possível como um caminho para acessar a questão crítica, sugerindo-lhes gradualmente que estão disponíveis uma linguagem e categorias mentais adequadas para lidar eficazmente com os problemas introduzidos. A ser assim, vale aqui privilegiar a variável «linguagem» como forma de abordagem de questões relativas ao método de ensino filosófico: a ideia de uma relevância e intrínseca assim original da palavra tudo para a prática da filosofia. O pensamento, neste caso, volta-se para Sócrates e para o «diálogo» como exercício exemplar de investigação, mas também para uma certa filosofia da linguagem, ou melhor, para aquelas orientações de pensamento que teorizaram a prioridade da função pragmática da comunicação. Wittgenstein, com a noção de «jogo de linguagem», seguiu esse caminho, revelando que, além da denominação, a linguagem possui outras inúmeras funções em relação a uma precisa classe de "necessidades humanas. No que concerne aos princípios metodológicos, Almeida afirma que:

[...] tem-se como ideia reguladora a aula como espaço de trabalho que permita a assimilação pessoal e a posição crítica, mas onde se assuma também a Filosofia como produto cultural, com elementos estruturados que é preciso conhecer. Ou seja, supõe-se um trabalho de síntese pessoal da parte dos alunos, mas também a aquisição de dados informativos sobretudo no

sentido da clarificação conceptual e de rigor argumentativo (2001, p. 16).

Na Declaração de Paris em Prol da Filosofia, de 1995, lê-se o seguinte:

Reafirmamos que a educação filosófica, formando espíritos livres e reflexivos, capazes de resistir às diversas formas de propaganda, de fanatismo, de exclusão e de intolerância, contribui para a paz e prepara cada um para assumir as suas responsabilidades perante as grandes interrogações contemporâneas, designadamente no campo da ética (Vicente, 2005, p. 18).

Torna-se então claro que quando se pergunta pelo valor da disciplina de Filosofia no ensino secundário e universitário, a resposta se orienta em primeiro lugar para a sua dimensão formativa no desenvolvimento do espírito crítico, democrático e pluralista, preparando para as necessidades e exigências da realidade social, porque ao impulsionar a autonomia no pensar impõe-se o exercício de interpretação:

como via para a apropriação do real e da consciência de si – interpretação dos textos, das mensagens dos media, das produções científicas e tecnológicas, das instituições, em suma, da(s) cultura(s). Desta maneira, a intencionalidade estruturante da disciplina de filosofia, no secundário, deve ser: contribuir para que cada pessoa seja capaz de dizer a sua palavra, ouvir a palavra do outro e dialogar com ele, visando construir uma palavra comum e integradora (Almeida, 2001, p. 5).

Na verdade, vivemos numa sociedade complexa que potencia múltiplas leituras e interpretações, imagens e saberes, mas simultaneamente disponibiliza, a partir de um clique, teorias prontas a consumir. Urge fomentar um pensamento crítico e dotado de autonomia. É neste sentido que a Filosofia surge como uma disciplina que permite desenvolver competências gerais, competências que não se limitam à disciplina em si e aos conteúdos programáticos aí veiculados, mas que flexibilizem o pensamento e se façam sempre presentes num processo de aprendizagem ao longo da vida. Entendo aqui o filosofar como uma actividade que vai permitindo uma abordagem dos problemas pautada pela distinção do essencial face ao acessório, por uma análise de conceitos e argumentos que permita construir, sustentar e defender posições próprias e compreender e avaliar pontos de vista e argumentos diferentes. Actividade esta que se pauta então pelos valores do diálogo, da

tolerância e da reflexão (valores de uma democracia madura). Temos hoje referências fragmentadas, dispersas, carecidas de uma estruturação, de uma fundamentação de uma definição de princípios e valores que nos permitam enriquecer a nossa relação com o mundo e com os outros. É essencial dar sentido, clarificar as referências culturais em que crescemos e que vão mediando, ainda que disso não nos apercebamos, as nossas leituras, interpretações e experiências do mundo.

Por esta razão, João Maria André nos é favorável ao afirmar que:

o mundo que hoje percorremos e habitamos proporciona-nos uma vivência contraditória da familiaridade e do estranhamento que temos ou não temos com as coisas, as pessoas, as culturas e o seu acontecimento plural no mundo e na história. ao mesmo tempo que as distâncias se anulam pelas vias electrónicas da comunicação, tornando vizinhos os que tão longe habitam nesta aldeia global, apagam-se as referências doadoras de sentido, que permitiam outrora desenhar os mapas da nossa orientação e reconhecer no céu infinito estrelas privilegiadas como guias da nossa caminhada. assim, se a aldeia facilita o (re) conhecimento, a multiplicação ao infinito das estradas, das ruas e das ágoras potencia o desconhecimento e se a globalização parece homogeneizar, tal homogeneização impede a percepção diferenciada da singularidade inalienável do outro e dos outros, sem a qual é impossível o diálogo que pressupõe sempre a relação entre dois seres em comunicação, mas sempre irreduzíveis na sua alteridade (2012, p. 16).

Se não podemos esperar da Filosofia um conjunto de respostas tidas como as correctas e que podemos invocar sempre que determinadas questões nos inquietam, podemos certamente reconhecer o seu mérito ao ampliar a nossa compreensão do mundo, libertar as amarras que nos acomodam a crenças e convicções ou a teorias simpáticas e pensar livremente, ao motivar para o questionamento, para a problematização, para a crítica, sabendo já que a tal exercício subjaz a fundamentação, a interpelação informada. Deste modo, considero fundamental que perante a complexidade da sociedade em que nos achamos envolvidos, o professor de Filosofia consiga conduzir os seus alunos na compreensão das palavras de Bertrand Russell:

[...] a filosofia deve ser estudada, não por virtude de resposta precisa que faculte aos problemas que ela própria evoca [...] mas sim por virtude desses próprios problemas; porque estes ampliam as concepções que temos acerca daquilo que é possível; porque opulentam a imaginação intelectual do homem; porque fazem diminuir a arrogância dogmática que cerra à

especulação o nosso espírito; e acima de tudo pelo motivo de que, pela grandeza do mundo, que a filosofia contempla, resulta engrandecido e sublimado o espírito [...] (1980, p. 241-242).

Privilegiar o «pensar» por si mesmo e questionar o valor dos seus próprios pensamentos, desafiar as convicções e as certezas que tantas vezes funcionam como uma forte carapaça perante o desconhecido, o que se ignora, o que nunca foi alvo de atenção; mostrar aos jovens que reconhecer o que não se sabe e procurar respostas é já a entrada na atitude filosófica. O diálogo pode dar lugar a pontes de entendimento e de respeito face à diversidade de interpretações e até mesmo ao questionamento que as múltiplas identidades socioculturais vão fazendo acerca das alterações que em si mesmas reconhecem. João Maria André (2012, p.18), por seu lado, ao analisar a relação entre multiculturalidade, democracia e direitos humanos, considera a possibilidade de face à pluralidade constituinte das sociedades actuais, se admitir usar de alguma relatividade na leitura, interpretação e aplicação dos direitos humanos consignados desde 1948.

5 O ENSINO DA FILOSOFIA E SUAS FLUTUAÇÕES

Sem dúvida, a própria vocação da Filosofia para se apresentar como uma espécie de horizonte crítico privilegiado de diálogo e comparação entre diversas e diferentes formas de conhecimento talvez tenha contribuído, pelo menos nesta perspectiva pedagógica e psicológica específica, para anular a sua própria autonomia disciplinar específica. Desta forma, porém, desencadeou-se um processo global, através do qual a pedagogia acabou essencialmente por aniquilar a Filosofia, sobretudo nos países de sobrevivência como o nosso, onde as pessoas escolhem (se têm mesmo essa possibilidade) cursos, não por vocação, mas por utilidade inerente, pela demanda do curso em vista aos concursos públicos. Assim, a Filosofia viu-se muitas vezes eclipsada pelas pedagogias, sociologias, psicologias. Admitamos ou não, esta é a realidade nua e crua. Até algumas instituições sentiram-se na obrigação de implementarem cursos híbridos, como: Filosofia Política, Filosofia da Educação e equiparados – porque o contexto impera e os jovens, vendo-se muitas vezes na situação de órfãos de oportunidades académicas, escolhem os cursos tendo em vista a saída

dos mesmos para o mercado de trabalho. Em contraste com esta tendência Malusa observou acertadamente que:

A pedagogia não pode eliminar, na sua atribuição de gestão do problema educativo, a especificidade da Filosofia como um conjunto de actividades de investigação que se alimentam certamente da capacidade de transmitir e crescer na mesma consciência das diferentes gerações, mas que também mantêm viva uma tensão específica de um processo que se alimenta de conquistas e de reestruturações (2002, p. 35).

Perante esta gravíssima situação, não é possível limitar-nos a dizer que é necessário baixar ainda mais o nível de escolaridade, para torná-lo verdadeiramente acessível a todas as massas populares do país. Com efeito, um comportamento verdadeiramente incivilizado, em virtude do qual as massas populares do país são cada vez mais defraudadas: outrora estudar era privilégio de poucos, enquanto a maioria era relegada ao analfabetismo. Hoje, depois de muita peleja e ‘conquistas’ sociais, tornamo-nos muito refinados: em palavras, o direito à educação é finalmente concedido a todos, mas, ao mesmo tempo, foi progressivamente esvaziado de qualquer conteúdo cognitivo efetivo e real. Os factores mudaram, mas o resultado social final não muda: a grande maioria da população continua ignorante, ainda que armada e munida do fatídico “pedaço de papel”. Por isso, refletindo sobre as tendências actuais em relação ao Ensino de Filosofia e a sua valorização, Luciano Malusa observou como actualmente na escola:

non si pone più l'accento sulle sequenze di problemi e di soluzioni, o sulle diverse dottrine stratificate e spesso contrapposte, ma ci si interroga sul come problemi e soluzioni possano entrare nel patrimonio dei giovani e come possano determinare certi loro comportamenti e consapevolezze. La didattizzazione porta come risultato quindi l'aprirsi di un contenzioso con le situazioni culturali della filosofia del passato e con le tendenze stesse della ricerca che permangono oggi nelle Università. Si contrappone allora la cultura in formazione degli alunni e il costituirsi di un patrimonio culturale medio delle nazioni e delle diverse società ad una serie di tendenze sul piano della ricerca storica, dell'indagine teoretica in senso stretto, epistemologica, etica, estetica, ed altro. Le tendenze filosofiche prevalenti sono commisurate alla condizione sociale delle scuole, allo spirito complessivo della condizione giovanile: con il risultato di dichiarare tutte o parte di tali tendenze ormai incapaci di incidere sulla formazione e sull'interesse delle nuove generazioni (2002, p. 43-54).

Segundo esta perspectiva, a 'didatização' da Filosofia iniciou um processo que coincide, paradoxalmente, com a progressiva dissolução do espaço da Filosofia. Com efeito, face a esta 'didatização', o que foi posto em crise progressiva não foi a cultura de base prejudicial dos educandos (como deveria ter acontecido no contexto de uma relação educativa autêntica), mas, pelo contrário, foi colocada a questão do estatuto autónomo do próprio horizonte filosófico em discussão? para ser finalmente liquidado. O que parece ser substancialmente consistente com a deterioração escolar global mencionada anteriormente. Assim a Filosofia, com a sua tradição conceptual específica, com a sua linguagem técnica, com as suas formas argumentativas, com os seus temas, com os seus problemas, com os seus estilos de pensamento e com os seus argumentos e problemas tradicionais acaba por se transformar, cada vez mais, numa espécie de galáxia desconhecida, completamente inexpugnável e totalmente diferente do mundo da prática diária dos alunos. Neste processo de requalificar o sistema de ensino, sobre o gestor público pesa esta grave responsabilidade de velar também pela formação humana. Aliás, segundo Valentim:

O gestor tem que encarnar isso: o acontecimento e tem que encarnar o espanto e o admirável. Na viagem da educação e com a educação, há que ter sempre espaço para as pequenas e grandes coisas que vão estando emprenhadas no acontecimento, porque no fundo, são estas coisas que vão criando o acontecimento. Nada existe na gestão institucional educativa que não esteja relacionado com a viagem e com o acontecimento (2023, p. 52).

Nesta situação cada vez mais exasperada, há quem defenda que a Filosofia deveria simplesmente tomar nota deste hiato quase infinito que existe entre a sua própria tradição, o seu próprio horizonte e a sua própria metodologia, para finalmente se curvar às necessidades da vida mais imediata e acrítica, sem inutilmente resistindo à transformação cada vez mais irreversível da escola contemporânea (agora apadrinhada pelo Estado, votando-a à categoria de saberes não prioritários). Deve ser lembrado como este trabalho de dissolução da Filosofia foi implementado através de uma hegemonia progressiva da pedagogia (e da sua linguagem) sobre a Filosofia (e o seu léxico). Neste sentido, em suma, no Ensino de Filosofia a componente pedagógica tem

progressivamente - e paradoxalmente - acabado por engolir completamente o objecto do seu cuidado (a Filosofia), que foi assim destruído ou, se preferir, sufocado por uma corrente asfixiante, com abordagem que, em última análise, acabou por absolutizar indevidamente a vertente educativa, sem prestar qualquer atenção aos conteúdos disciplinares específicos e autónomos da reflexão filosófica. De facto, só a escola com o seu *habitat* colaborativo e a sua cultura racional e crítica pode fazer com que o novo cresça e se desenvolva nas gerações futuras. Arendt lembra-nos que

A característica do homem é que as novas gerações crescem num mundo velho; e, portanto, para preparar uma nova geração para um novo mundo, tudo o que é necessário é o desejo de arrancar das mãos dos recém-chegados a oportunidade de fazer o seu próprio novo mundo. Nossas esperanças estão sempre depositadas na novidade que cada geração traz operadora (1991, p. 232).

A referência é ao valor da formação baseada na ética da natalidade, que recorda a afirmação agostiniana “o homem foi criado para que houvesse um começo” (Agostinho, *De civitate Dei*, 12, 20). O ser humano só pode começar algo novo se for treinado através *discurso e ação*. Educar na fala, nos termos arendtianos, significa preparar as crianças observar e compreender os fatos, expressar julgamentos (deliberar, saber escolher), inventar mundos (oferecer experiências que promovam a capacidade de construir novos horizontes de significado).

Na verdade, esta observação pode ser repetida não só no que diz respeito à Filosofia, porque a agressão pedagógica atinge também todas as disciplinas ensinadas nas escolas, em relação às quais uma atitude mental e cultural tem sido afirmada com força e cada vez mais em nome daquelas disciplinas cuja progressão sistemática é dobrada às necessidades de formação do educando, a ponto de se transformar numa variável completamente secundária do processo educativo, sem poder dizer quaisquer palavras autónomas e específicas sobre os conteúdos cognitivos que também deve transmitir criticamente. Como sentenciava Pedro Ortega (1996, p. 19): “Torna-se necessário [...] ler a realidade de outra maneira e enriquecer a experiência do aluno com a cultura e vida à sua volta”. No campo filosófico, esta delicada e fundamental relação professor-aluno não só deve ser rigorosamente protegida,

mas também deve ser reivindicada como um lugar constitutivo específico do filosofar, na sua própria dimensão teórica autónoma. Também por esta razão o professor não pode ensinar os seus alunos a filosofar se ele próprio não filosofar diante e com os seus alunos. Embora possam surgir dúvidas legítimas sobre o conteúdo disciplinar da Filosofia (mas para este aspecto ver abaixo), não pode haver qualquer dúvida sobre o facto de a Filosofia, pela sua natureza intrínseca, exigir eminentemente o diálogo e a comparação contínua. Um diálogo e uma comparação que para a Filosofia não constituem de forma alguma um acréscimo extrínseco ou espúrio à sua natureza intrínseca, pois, pelo contrário, constituem momentos irremovíveis e fundamentais da sua própria realização social e civil. Neste sentido específico, a espiral da reflexão filosófica envolve sempre a didática na teoria e a teoria na didática.

De facto, é sempre um círculo aberto e problemático, porque a sua destruição dá inevitavelmente origem a uma escola fechada e substancialmente dogmática (segundo o modelo pitagórico clássico, baseado no *ipse dixit*, devido ao qual o aluno só pode encobrir ou comentar as ideias do professor), dizendo; se, em vez disso, optar por um caminho diferente, o crítico, será inevitavelmente expulso de uma escola que não tolera assumir posições minimamente divergentes e conflitantes). Certamente não pretendemos argumentar que o ensino filosófico deve criar uma escola de Filosofia. De forma muito mais limitada, o ensino filosófico não pode, no entanto, escapar a este modelo autenticamente filosófico e a este *telos*, porque é precisamente necessário criar um ensino de Filosofia destinado a ensinar os alunos a filosofar. Falamos mais uma vez em ‘filosofar’, e não em “filosofia” e, por isso, é importante transmitir toda uma série de competências filosóficas aos alunos que lhes permitem iniciar a possibilidade de ter sua própria reflexão crítica independente para citar Karl Kraus (1993, p. 210): “gli allievi mangiano il cibo metabolizzato dai loro maestri”¹. E se ninguém aprender a ensinar Filosofia, quem poderá ensinar as futuras gerações a pensar metodicamente? E se ninguém (da futura geração) for ensinado/a a filosofar, quem cogitará por nós? Quem falará por nós? Estaremos construindo selvas ‘civilizadas’, anémicos académicos consentidos e, finalmente,

¹ «Os alunos comem o que os professores digeriram».

porque diplomados de fato e não de facto, estaremos todos votados à sepultura da ignorância!

6 DA AMNÉSIA SÓCIO - INSTITUCIONAL À REVINDICAÇÃO DO *STATUS QUO* DA FILOSOFIA CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Filosofia não é um luxo reservado a académicos distantes. Ela é a base do nosso entendimento ético, político e cultural. Ela nos ajuda a discernir entre o certo e o errado, a justiça e a injustiça, a verdade e a falsidade. É o antídoto contra a ignorância, o fanatismo e a intolerância. Portanto, a Filosofia não é apenas útil, mas essencial para a nossa humanidade. Ela é a bússola que nos guia na busca de significado e sabedoria. Não podemos nos dar ao luxo de relegá-la ao esquecimento. Devemos celebrar e preservar a Filosofia como a jóia rara e valiosa que é, uma luz brilhante em nosso caminho de autoconhecimento e compreensão do mundo. Além disso, há uma falta de compreensão sobre o papel da filosofia na educação por parte dos gestores e autoridades educacionais. Muitas vezes, a disciplina é vista como secundária e desnecessária para a formação dos estudantes, como já dissemos a cima. No entanto, a Filosofia pode proporcionar aos estudantes a reflexão sobre questões fundamentais da existência humana, bem como o desenvolvimento de uma visão crítica sobre a realidade social e política em que estão inseridos. Além disso, a disciplina pode contribuir para a formação de cidadãos mais conscientes e engajados com a realidade em que vivem. A Filosofia pode fornecer aos estudantes ferramentas para a compreensão e análise crítica dos problemas sociais e políticos, bem como para a proposição de soluções alternativas. Talvez, seja também esta a razão pelo qual se descarta a Filosofia no Sistema Educativo Nacional, não necessariamente por inutilidade, mas por medo de pessoas que pensam por si mesmas? Uma espécie de *filosofobia*. Por esta razão, parafraseando Trauss, escreve Valentim (2022, p. 60-61): “o espaço da filosofia ultrapassa o efêmero, o mundano e, em último caso, ultrapassa o político”.

Não é ao preço da chuva que José Manuel Imbamba (2003, p. 107-156) disse que Angola está a atravessar uma noite longa e profunda de crise cultural que qualquer observador comum pode descobrir sem grandes exercícios mentais, consubstanciada em crise de valores, materialismo, niilismo, cientismo,

crise dos costumes, crise do trabalho, crise da linguagem e da verdade, crise da família e da escola e crise do homem. Sim, a Filosofia é necessária porque o homem é um animal autoconsciente que deve cada vez mais pensar antes de pensar, e o pensamento que pensa a si mesmo é o ápice de ser propriamente humano. Mas essa necessidade do núcleo interno, o atemporal, agora também está ligada à urgência estrita dessa circunferência que é mordida pelas rodas do mundo em mudança. O mundo está sempre mudando, mas em alguns momentos muda mais profundamente e mais rapidamente. São tempos que nos desafiam todos os dias. É perentório saber para onde queremos trazer essa mudança, que palavras dar ao desejo inacabado de melhorar nossa condição humana, que teoria que imagina que realidade é possível e como tornar isso possível é mais um motivo para essa necessidade. O facto de as estruturas e mentalidades que ordenam essa fase do mundo considerarem a Filosofia uma actividade no limite ou além do limite do que é permitido pelo paradigma do útil, é outra razão que torna a Filosofia uma **necessidade ainda mais inadiável**. Porque a formação humana é imprescindível, como apregoa Pondé:

o homem é o objetivo supremo da sociedade, e fazer a vida dele menos sofrida deve ser a meta de qualquer sociedade decente. Essa ideia também é um pouco irreal na medida em que as relações de sobrevivência material (e seus escassos recursos) implica que muitos de nós somos meios para que outros, como nossos filhos por exemplo, possam sobreviver. Ou seja, a necessidade econômica (ciência da escassez) implica sermos, muitas vezes, meios para a sobrevivência da sociedade ao longo dos milênios (2016, p. 78).

Ao reivindicar o *status quo* da Filosofia na vida social e académica, estamos reconhecendo implicitamente seu poder de moldar a perspectiva colectiva e individual, porque as ideias filosóficas, quando absorvidas pela sociedade, podem se tornar os alicerces sobre os quais são construídas leis, instituições e sistemas de crenças. Como no-lo diz Pina (2015, p. 65-86) o homem deve ser educado a ser cidadão, para que cumprindo os deveres (consciência cívica e colectiva), os direitos sejam por todos e equitativamente usufruídos. E, de facto, é esta a nobre missão da Filosofia: educar o homem à urbanidade, educar o homem a ser gente com a gente. A Filosofia, em sua essência, muitas vezes busca desafiar as estruturas estabelecidas, questionar pressupostos fundamentais e inspirar a reflexão profunda. Quando ela se integra

de maneira estática ao *status quo*, há o risco de perder sua vitalidade revolucionária, tornando-se uma ferramenta de legitimação em vez de questionamento. Portanto, não podemos permitir que ela seja relegada ao esquecimento, mas sim elevar seu *status quo* para o que realmente é: a mais preciosa das disciplinas, a pastora das indagações humanas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nota conclusiva deste breve trabalho indagativo reflexivo, apraz-nos dizer que o Ensino da Filosofia não é um luxo acadêmico, mas uma necessidade que diz respeito ao homem como espécie – a todos. Ela proporciona alicerces sólidos para o desenvolvimento intelectual e ético do cidadão, qualidades das quais vemo-nos separados porque apegados (talvez com uma certa razão, porque muitas vezes não temos escolha) em utilidades e futilidades.

Sem benefício de dúvidas, a Filosofia é um investimento no futuro das novas gerações, capacitando-os a enfrentar desafios complexos e a se tornarem cidadãos informados, críticos e reflexivos. Portanto, devemos defender e promover o Ensino da Filosofia nas nossas escolas e academias, reconhecendo seu valor inestimável (*munus docendi*) na formação dos líderes e pensadores do amanhã. Aliás, o Ensino da Filosofia em Angola é, não só uma possibilidade, mas também uma necessidade para a formação de cidadãos conscientes e engajados com a realidade em que vivem. É fundamental que sejam tomadas medidas para a melhoria do ensino da disciplina, a fim de proporcionar aos estudantes as habilidades necessárias para a compreensão e análise crítica dos problemas sociais e políticos. Além disso, é importante que haja uma mudança de visão por parte dos gestores e autoridades educacionais sobre o papel da Filosofia na formação da *polis*.

A disciplina filosófica não se limita a uma simples compreensão teórica de questões abstratas, mas sim, busca proporcionar aos estudantes a reflexão sobre a realidade em que estão inseridos, bem como o desenvolvimento do pensamento crítico e argumentativo. Assim, remeter a Filosofia para um segundo plano seria de todo empobrecedor e inadmissível para todos quantos lhe reconhecem um lugar primordial, sobretudo para nós que apregoamos a todos os cantos do mundo que Angola é um paraíso. Ademais, a especificidade da Filosofia no contexto das Humanidades, reside no seu contributo para o

desenvolvimento de competências que têm repercussões nas demais disciplinas. Refiro-me por exemplo, às competências de análise, conceptualização, crítica, problematização e argumentação, ou às capacidades de diálogo (extremamente fundamentais para as sociedades democráticas, vocacionadas a exercerem a urbanidade, a lidar com o contraditório), de tolerância e de reflexão aprofundada, crítica e autónoma, enquanto instrumentos essenciais a um ser que pensa por si próprio, a estudantes e cidadãos interventivos.

Este trabalho revelou-se tanto mais urgente quanto vivemos num tempo no qual as Humanidades têm sido objecto de desvalorização e a própria disciplina de Filosofia alvo de alguma desconfiança. Considero ser a Filosofia a disciplina que, pela sua exigência de questionamento, radicalidade e rigor, se encontra numa posição privilegiada para conduzir os jovens alunos num exercício de abertura, de diálogo, de reflexão e de tolerância. Acrescento ainda ser minha convicção que cabe à escola, e especialmente ao professor, contribuir para a formação de cidadãos promotores dos valores da democracia, da pluralidade, da paz e da não-violência, dando disso prova na implementação de práticas quotidianas. Precisamente nas interacções que aí se estabelecem brota a dimensão formativa de valores como o diálogo, a reflexão e a tolerância. A utilidade muitas vezes está associada ao que é conveniente ou vantajoso em determinado contexto, portanto - preso nas dimensões temporárias - enquanto a essencialidade (residência da Filosofia) pode ser vista como a busca por princípios fundamentais e atemporais que orientam as acções humanas. Logo, este artigo resulta como um grito de socorro, um apelo aos gestores públicos enfatizando a urgência de humanizar Angola, com a integração curricular dos cursos de Filosofia e outras disciplinas humanísticas, como uma abordagem essencial para atender a essa necessidade. Integrar esses princípios nos currículos não apenas enriquece a formação académica, mas também promove uma visão mais holística e humanizada da educação. Além disso, os cursos humanísticos proporcionam um espaço para a reflexão sobre valores, diversidade cultural e questões sociais. Na visão de Moço,

Graças à filosofia o estudo do homem pode atingir a nível de interioridade objectiva, ou seja, aquela dimensão da existência ser humano considerado a partir de sua essência e de seu

fundamento originário, ou seja, pesquisando o que o faz ser propriamente uma existência humana (2023, p. 273).

Deste modo, a urgência na humanização de Angola destaca a importância de formar cidadãos não apenas qualificados profissionalmente, mas também conscientes e engajados – formados (humanizados para humanizar) porque não basta a informação.

A integração curricular proposta não apenas aborda essa necessidade, mas também prepara os indivíduos para enfrentar os desafios complexos do mundo contemporâneo, fomentando uma cultura de respeito, compreensão e cooperação. Aliás, a *polis* não são os muros, as estruturas, mas as pessoas concretas, como individualidades ou coletividades. Quando o mercantilismo adentra no sistema de ensino, onde as questões do lucro fácil e utilitarismo selvático fazem o ‘deus do lugar’, a educação passa a ser negócio, onde quem possuir mais dinheiro terá mais chances de adquirir diplomas, embora sem mérito acadêmico nenhum. Há confusão de conceitos: a qualidade é confundida com a quantidade. Porque a gestão do sistema de ensino foi sequestrada pelo partidarismo, pelo favoritismo. Vive-se na surrealidade das aparências, num desfile da anemia científica, onde é proibido pensar fora das ordens superiores. Então, a Filosofia, poderia ser esta tábua de salvação para a nova juventude, pelo menos, como cajado formulatório de perguntas existenciais

REFEERÊNCIAS

ALMEIDA, M. M. (Coord.). **Programa de filosofia 10º e 11º Anos: Cursos Científico Humanísticos e Cursos Tecnológicos**. Lisboa: Ministério da Educação – Departamento do Ensino Secundário, 2001.

ANDRÉ, J. M. **Multiculturalidade, identidades e mestiçagem: o diálogo intercultural nas ideias, na política, nas artes e na religião**. Coimbra: Palimage, 2012.

ARENDT, H. **A vida do espírito, o pensar, o querer, o julgar**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1991.

CARRILHO, M. O ensino da filosofia nas escolas públicas em Angola. **Revista Portuguesa de Educação**, 2009.

CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**, São Paulo: Ática, 2000.

GOMES, F. **A filosofia na educação angolana**: uma análise crítica do ensino da filosofia nas escolas secundárias de Luanda. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.

IMBAMBA J. M. **Uma nova Cultura para mulheres e homens novos**: um projecto filosófico para Angola do 3.º milénio à luz da Filosofia de Battista Mondin. Luanda: Paulinas, 2003.

KANT, I. **Critica della ragione pura**, tradução: it. Ed. Laterza, 2005.

KRAUS, K. **Deti e contraddetti**. A cura di Roberto Galasso. Milano: Adelphi Edizioni, 1993.

LAMANNA E. P. **Il problema della scienza nella storia del pensiero**. Florença: Le Monnier, 2000.

MALUSA, Luciano. Uno sguardo sulle tendenze attuali riguardo alla didattica della filosofia. **Bollettino della Società Filosofica Italiana**, 2002.

MARIA J.; BENTO A.; DOMINGUES, J. A. (org.). **Agostinho. De civitate Dei**: dois amores, duas cidades. Ed. Documenta, 2019

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DE ANGOLA. **Plano nacional de formação de professores 2016-2025**. Luanda: Ministério da Educação, 2016.

MOÇO, F.N. J. A doença como manifestação da finitude humana: uma breve reflexão filosófico-existencial. *In*: VALENTIM, I.; CÂNDIDO, M. R.;

FIGUEIREDO, A. (org.). **As Pontes do Universo**: reflexões sobre a experiência de ensinar e de curar. Porto Alegre: Fênix, 2023.

MUNAKUPPI, V. *Teaching philosophy in African universities: a survey of the challenges and opportunities*. **African Journal of Higher Education**, 2017.

ORTEGA P. **Valores y educación**. Barcelona: Editorial Ariel, S.A., 1996.

PINA, A. **O homem e a cidadania**. Luanda: Mayamba, V., 2015.

PONDÉ, L. F. (2016). **Filosofia para corajosos**, São Paulo: Planeta, 2016.

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO **da licenciatura em filosofia**. Luanda: Universidade Agostinho Neto, 2020.

RUSSELL, Bertrand. **Os problemas da filosofia**. 5. ed. Coimbra: Arménio Amado, Editor, 1980.

TELMONI, V. **La filosofia nei Licei italiani arroses itarianos**. Ed. CLUEB, 1999.

VALETIM, Inacio. **Ética e a memória da gratidão**: curar com a palavra e libertar com o olhar. Huambo: Ed. Numa 1, 2022.

VALETIM, Inacio. O mal-estar das nossas instituições educativas. *In*: VALENTIM, I.; CÂNDIDO, M. R.; FIGUEIREDO, A. (org.). **As pontes do universo- reflexões sobre a experiência de ensinar e de curar**. Porto Alegre: Fundação Fênix, 2023.

VATTIMO, G. Filosofia. *In*: **Enciclopedia garzanti di filosofia**. Milão: Garzanti Editore, 1981.

VICENTE, J. N. **Didáctica da filosofia** – Apontamentos e textos de apoio às aulas. Faculdade de Letras. Coimbra: 2005.

DADOS DOS AUTORES

Inácio Valentim

Doutor em filosofia pela universidade Carlos III de Madrid, investigador e membro doutorado integrado do CFCUL é coordenador do Gt de Filosofia da Saúde e História Social do ITSNI e integra a lista de professores externos convidados do PPG em filosofia cultura e educação da UFRB. Professor convidado na Universidade Agosto Neto. Professor do Instituto Superior Politécnico Sol Nascente (ISPSN) – Huambo, ANGOLA. *Email*: inaciovalentim82@gmail.com

Feliciano Nanga Moço

Mestrando pela Pontifícia Universidade Urbaniana de Roma, ITÁLIA. E-mail: felicianonangafeliciano@gmail.com